

AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVALIAÇÃO
DAS
METAS FISCAIS

2º QUADRIMESTRE DE 2021

1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 2º Quadrimestre do exercício de 2021, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF foram publicados no prazo estabelecido no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão da Prefeitura.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 60.501.527,01, para uma previsão anual de R\$ 75.419.507,00.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita durante o exercício de 2021, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	81.194.480,42	65.917.678,38	81,18%
Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria	8.461.512,00	6.919.601,24	81,78%
Receita de Contribuições	2.381.081,00	1.723.578,91	72,39%
Receita Patrimonial	116.766,42	61.610,76	52,76%
Receita de Serviços	195.980,00	92.074,26	46,98%
Transferências Correntes	69.941.220,00	56.988.498,80	81,48%
Outras Receitas Correntes	97.921,00	132.314,41	135,12%
RECEITAS DE CAPITAL	2.139.226,58	1.427.937,19	66,75%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00%
Alienação de Bens	100.000,00	0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	31.826,00	7.695,76	24,18%
Transferências de Capital	2.002.851,58	1.418.838,71	70,84%
Outras receitas de capital	4.549,00	1.402,72	30,84%
TOTAL	83.333.707,00	67.345.615,57	80,81%
(-) Dedução para o FUNDEB	7.216.100,00	5.945.447,90	82,39%
(-) Outras Deduções da Receita	698.100,00	898.640,66	128,73%
TOTAL	75.419.507,00	60.501.527,01	80,22%

2.1.2 DESPESA

A despesa realizada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, no exercício, a importância de R\$ 43.644.680,08, que corresponde a 51,76% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplos, podemos citar os convênios.

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	65.007.442,68	70.413.390,06	40.723.442,00	93,31%
Pessoal e Encargos Sociais	34.929.133,28	36.254.739,24	23.374.907,63	53,56%
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	30.077.309,40	34.158.650,82	17.348.534,37	39,75%
DESPESAS DE CAPITAL	7.512.817,64	13.251.869,08	2.921.238,08	6,69%
Investimentos	7.511.817,64	13.251.869,08	2.921.238,08	6,69%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	1.000,00	0,00	0,00	0,00%
Res. Contingência	888.419,14	660.419,14	0,00	0,00%
TOTAL	73.408.679,46	84.325.678,28	43.644.680,08	100,00%

2.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO

Confrontando a receita realizada no exercício, que totalizou R\$ 60.501.527,01 com a despesa liquidada, R\$ 43.644.680,08, temos um superávit orçamentário de R\$ 16.856.846,93.

2.1.4 SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PODER EXECUTIVO

O superávit financeiro é obtido através do cálculo da disponibilidade financeira apurada no final do período menos os valores empenhados, sejam eles processados ou não processados. O valor do superávit financeiro pode ser utilizado como fonte para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte.

O quadro abaixo demonstra o superávit financeiro ao final do 2º quadrimestre de 2021.

	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALORES EMPENHADOS	SUPERÁVIT FINANCEIRO
RECURSO LIVRE	8.439.150,97	4.899.855,25	3.539.295,72
RECURSOS VINCULADOS	18.324.961,08	9.702.874,17	8.622.086,91

2.2 PODER LEGISLATIVO

2.2.1 DESPESA

A despesa realizada pelo Poder Legislativo totalizou, no período, a importância de R\$ 462.243,17, que corresponde a 22,99% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	1.431.000,91	1.431.000,91	448.555,67	97,04%
Pessoal e Encargos Sociais	836.875,91	836.875,91	418.431,15	90,52%
Outras Despesas Correntes	594.125,00	594.125,00	30.124,52	6,52%
DESPESAS DE CAPITAL	579.826,63	469.826,63	13.687,50	2,96%
Investimentos	579.826,63	469.826,63	13.687,50	2,96%
TOTAL	2.010.827,54	1.900.827,54	462.243,17	100,00%

2.2.2 LIMITE DE GASTOS TOTAIS

Os limites de gastos totais do Poder Legislativo estão fixados no artigo 29-A da Constituição Federal e no artigo 59 da LC 101/2000.

De acordo com a Constituição Federal, a despesa total da Câmara Municipal de Três Coroas poderia ser até 7% da Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior, que totalizou R\$ 51.133.339,50. Ou seja, o limite máximo, até o mês de agosto, seria R\$ 1.251.824,57.

Comparando com a despesa liquidada, houve uma economia de R\$ 789.581,40 em favor dos cofres municipais, ou seja, uma economia de 63,07% do limite máximo.

2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

2.3.1 RECEITA

A receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 5.623.113,04, para uma previsão de R\$ 9.280.493,00. Ou seja, a receita realizada, até o quadrimestre, corresponde a 60,59% da previsão inicial.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	4.420.463,00	2.897.955,00	65,56%
Receita de Contribuições	2.541.415,00	2.043.406,36	80,40%
Receita Patrimonial	1.449.813,00	630.188,34	43,47%
Outras Receitas Correntes	429.235,00	224.360,30	52,27%
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	4.860.030,00	2.725.158,04	56,07%
Contribuições Sociais	3.660.645,00	2.022.837,10	55,26%
Outras Receitas Correntes	1.199.385,00	702.320,94	58,56%
TOTAL	9.280.493,00	5.623.113,04	60,59%

2.3.2 DESPESA

A despesa realizada pelo Regime de Previdência totalizou, no período, a importância de R\$ 1.907.219,73, que corresponde a 20,55% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

CATEGORIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
DESPESAS CORRENTES	6.205.000,00	6.205.000,00	4.122.816,34	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	6.040.000,00	6.040.000,00	4.074.313,18	98,82%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	165.000,00	165.000,00	48.503,16	1,18%
Res. RPPS + Res. Contingência	3.075.493,00	3.075.493,00	0,00	0,00%
TOTAL	9.280.493,00	9.280.493,00	4.122.816,34	100,00%

2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit de R\$ 1.500.296,70.

2.3.4 DO PATRIMÔNIO DO RPPS e QUANTIDADE DE SEGURADOS

30/04/2021	31/08/2021	CRESCIMENTO	VARIAÇÃO %
75.726.840,62	76.600.448,49	873.607,87	1,15

Em 31/08/2021 eram 853 segurados, assim classificados: 656 servidores ativos, 157 aposentados e 40 pensionistas.

3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do relatório de Gestão Fiscal.

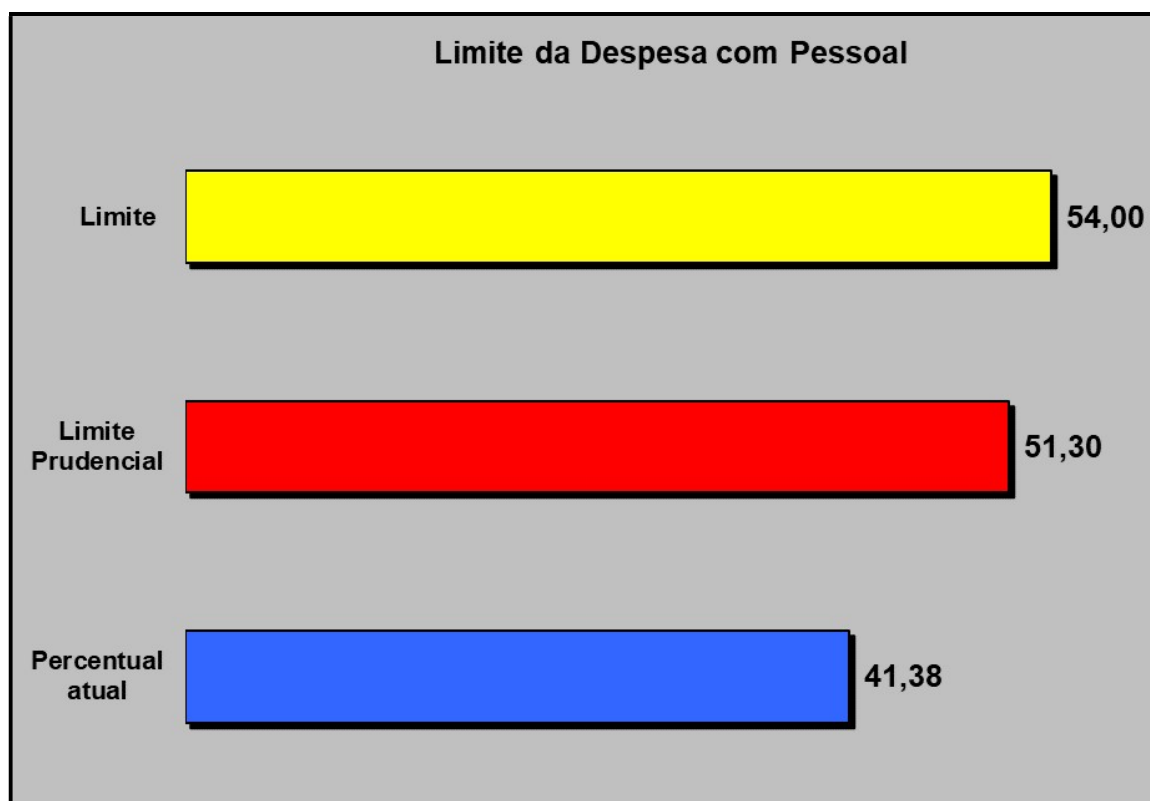
O valor da RCL apurado no mês de AGOSTO/2021 é de R\$ 88.901.636,32.

3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 36.783.731,09, valor este que corresponde a 41,38% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está respeitando tanto os limites previstos em Lei:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,3%



3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 634.285,79, valor este que corresponde a 0,71% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O valor inscrito na Dívida Consolidada é R\$ 507.287,00, que corresponde a 0,57% da Receita Corrente Líquida.

3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS

Não houve despesas com amortização, juros e encargos da dívida no período.

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50% da Receita Corrente Líquida durante todo o exercício.

3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Município não realizou operações de crédito no período.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16% da Receita Corrente Líquida.

3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% da receita proveniente de impostos e houve a aplicação de 26,16% até o quadrimestre. Ocorreu a aplicação de R\$ 3.976.704,23 acima do limite mínimo.

Já em educação o limite mínimo é de 25% da receita proveniente de impostos e o índice de aplicação ficou em 4,55%, no mesmo período. Houve aplicação a menor em educação no valor de R\$ 7.287.477,05.

	Valor	%
Receita proveniente de impostos	35.637.494,99	
Aplicação em Saúde	9.322.328,48	26,16
Aplicação em Educação	1.621.896,70	4,55

3.7.1 DETALHAMENTO DA APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Receita proveniente de Impostos	35.637.494,99
Aplicação mínima em educação	8.909.373,75

Transferências do FUNDEB	21.435.956,11
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	4.564,93
Total da Receita do FUNDEB	21.440.521,04

Dedução da receita para formação do FUNDEB	5.945.447,97
--	--------------

Ganho do FUNDEB	15.495.073,07
-----------------	---------------

Valor aplicado em educação	17.116.969,77
(-) Ganho do FUNDEB	15.495.073,07
Aplicação para cumprimento do limite	1.621.896,70

Aplicação a menor	7.287.477,05
-------------------	--------------

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente relatório demonstramos que os limites legais, previstos em Resoluções do Senado Federal, na Lei Complementar 101/2000 e na Constituição da República Federativa do Brasil, foram cumpridos pelo Município, com exceção do índice de aplicação mínima em educação. Isso já foi reportado aos gestores para que, ao final do exercício, o índice seja atingido.

Constata-se o comportamento positivo da receita, considerando a previsão orçamentária. Há uma clara tendência de que ocorra excesso de arrecadação ao final do exercício. Também cabe destacar a queda da receita total do Regime Próprio de Previdência (FAPS) que decorre do baixo rendimento das aplicações financeiras no período.

O Município também atendeu os prazos de publicações e entrega de prestações de contas aos órgãos fiscalizadores.

PREFEITO: ALCINDO DE AZEVEDO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA: NOELI CLAUDETE ZIMMER

CONTADOR: JUARÊS LUÍS DA SILVA

Três Coroas, 27 de setembro de 2021.